



INTERESSES E RESPONSABILIDADES DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL

Luiz Paulo Macedo Carvalho, p.s.c.

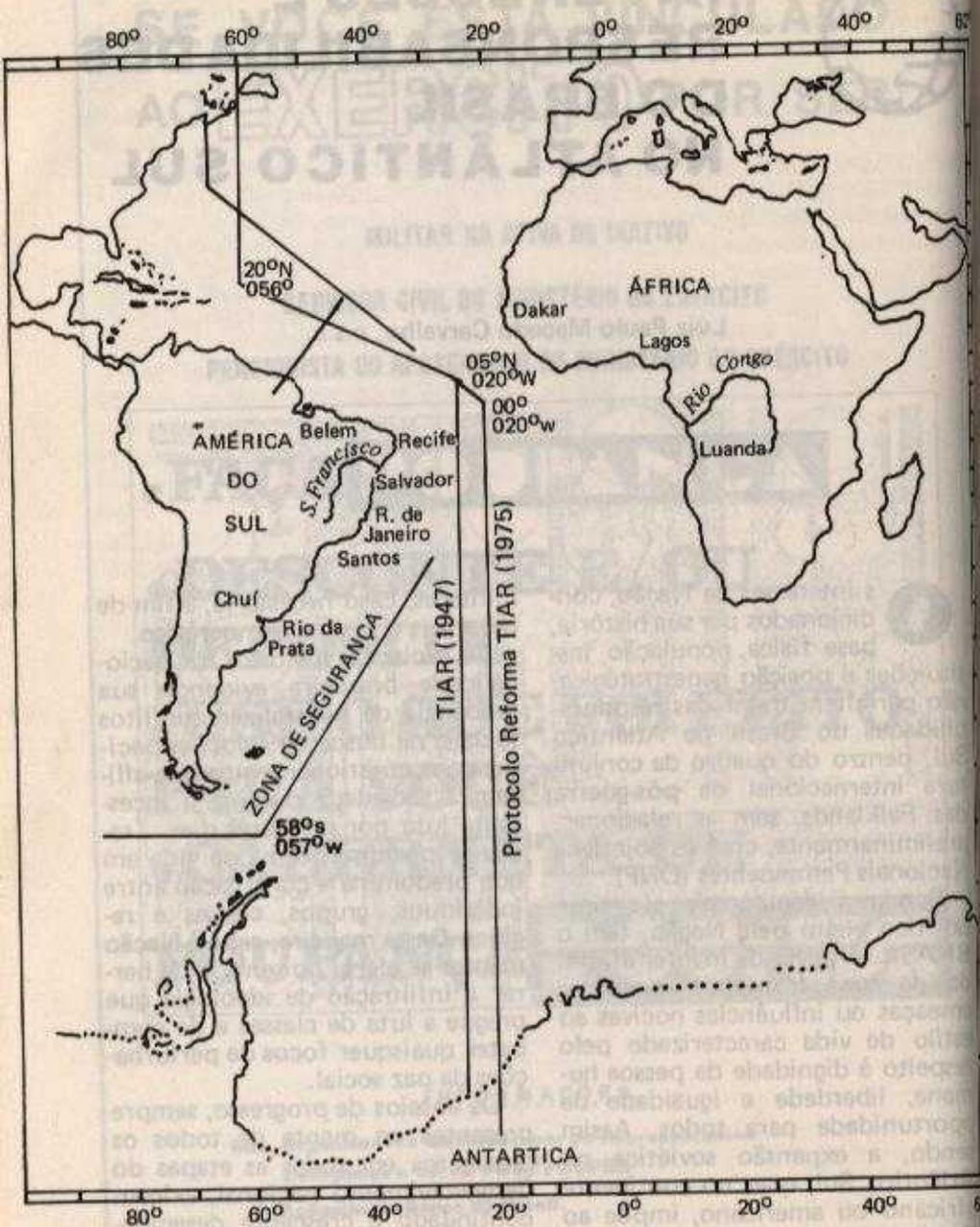
Os interesses da Nação, condicionados por sua história, base física, população, instituições e posição geoestratégica, não permitem tratar das responsabilidades do Brasil no Atlântico Sul, dentro do quadro da conjuntura internacional de pós-guerra das Falklands, sem as relacionar, preliminarmente, com os objetivos Nacionais Permanentes (ONP).

Sendo a democracia o regime político eleito pela Nação, tem o BRASIL o dever de manter afastada de suas fronteiras quaisquer ameaças ou influências nocivas ao estilo de vida caracterizado pelo respeito à dignidade da pessoa humana, liberdade e igualdade de oportunidade para todos. Assim sendo, a expansão soviética no Atlântico Sul, quer no continente africano ou americano, impõe ao Brasil desenvolver ações políticas e

militares, caso necessário, a fim de preservar o regime democrático.

A evolução histórica da nacionalidade brasileira evidencia sua tendência de neutralizar conflitos sociais, na busca de soluções pacíficas aos questionamentos que afligem a sociedade durante a incessante luta por melhores dias. Traduz-se por uma forma de vida em que predomina a conciliação entre indivíduos, grupos, classes e regiões. Desta maneira, cabe à Nação manter-se alerta no sentido de barrar a infiltração de ideologia que pregue a luta de classes e de combater quaisquer focos de perturbações da paz social.

Os anseios de progresso, sempre presentes na mente de todos os brasileiros em todas as etapas do desenvolvimento nacional, exigem continuado e crescente desempenho da economia, de modo a pro-



picar ao povo melhor qualidade de vida e autonomia completa à Nação. Assim, o desenvolvimento reclama segurança para a exploração pacífica das riquezas marinhas nos 3 milhões de km² do mar territorial (petróleo, pesca, minérios etc) e liberdade de movimento nas rotas costeiras e oceânicas, a fim de garantir principalmente a distribuição interna de petróleo e incrementar suas relações de troca com o resto do mundo.

A aspiração de autodeterminar-se e viver em igualdade de direitos com outros povos sempre dominou o sentimento do brasileiro desde os primórdios de sua colonização. É, pois, legítima e intransferível a obrigação de conduzir ações de qualquer ordem para resguardar a intangibilidade da Nação e a garantia de novos direitos na Antártica, gozando dos mesmos benefícios concedidos a outros Estados.

Abrangendo o patrimônio nacional não somente o território do País, mas também seu espaço cultural e recursos naturais, bem como quaisquer acréscimos decorrentes da evolução do Direito Internacional e da tecnologia, como a atual concepção de espaço aéreo e de mar territorial, a defesa dele transcende seus limites políticos e projeta-se além dos mesmos, nas áreas de interesse onde se possam desenvolver ações que visem a preservá-la. Portanto, na atualidade, a linha de cobertura avançada do Brasil no Atlântico Sul situa-se na vertente ocidental do continente africano e nos limites externos deste oceano.

A maritimidade outorgada pelo extenso litoral com frentes volta-

das para a parte setentrional e meridional do Atlântico, acentuada pelo valor geoestratégico do saliente do Nordeste, das ilhas oceânicas e da relativa infra-estrutura e concentração demográficas na faixa costeira, tornam o Brasil vulnerável a agressões aeronavais partidas do mar e colocam-no em posição-chave para a defesa conjunta do continente americano. Interessa, por conseguinte, ao Brasil e a seus parceiros ocidentais o estabelecimento de aliança para dar segurança ao Atlântico Sul, sem compromissos prematuros, uma vez que se afigura impossível a qualquer nação isolada arcar sozinha com a integral responsabilidade de proteger o tráfego marítimo ao sul do Trópico de Câncer.

Em síntese, os interesses do Brasil no Atlântico Sul poderiam ser assim traduzidos:

- facilitar o acesso aos recursos do mar na plataforma continental e adjacências;
- assegurar a livre utilização das rotas aero-marítimas costeiras e oceânicas;
- defender seu território, espaço aéreo e mar territorial;
- garantir seu direito de explorar a Antártica, em igualdade de condições com outros países;
- cumprir os compromissos internacionais assumidos no âmbito da ONU e da OEA, integrando alianças que visem a defesa dos princípios democráticos e de autodeterminação.

Reconhecida a importância do Atlântico Sul e a vulnerabilidade

deste em face da indefinição pela sua defesa, em consequência da desconfiança reinante entre os países com interesse na área e da escassez de meios para tal, integrando o Brasil o bloco ocidental, antes de mais nada, não pode ignorar sua imensa responsabilidade devido à significativa posição geoestratégica ocupada. Sua extensa faixa litorânea, o valor do saliente Nordeste, a necessidade de manter o fluxo comercial e de abastecimento nas rotas marítimas, bem como a exploração das riquezas na plataforma continental induzem a ações permanentes, nos diversos campos do Poder Nacional, que lhe propiciem segurança no Atlântico Sul.

A ineficácia do TIAR, cobrindo menos de um terço da área típica do Atlântico Sul, requer a urgente organização de um pacto de defesa do Atlântico Sul. Enquanto tal não se concretiza, o Brasil tem a impostergável responsabilidade de desenvolver ação diplomática junto a todos os países atlânticos da África e da América do Sul para neutralizar qualquer ameaça ou influência nefasta aos seus interesses.

Para respaldar suas decisões políticas e correspondentes estratégias colocadas em prática isoladamente ou em bloco, o Brasil precisa dispor de expressão militar compatível à sua postura geoestratégica.

A consecução dos ONP brasileiros pedem imediato saneamento das finanças públicas para que a Nação tenha a economia revigorada, a fim de retomar indispensável desenvolvimento — fator essencial à garantia da Segurança Nacional.

Vencida a crise econômico-financeira, cumpre livrar-se da dependência externa para dotar as forças armadas de material moderno e de fabricação nacional, fortalecendo, sobretudo, o poder marítimo e aeroespacial, essenciais para resguardar os interesses brasileiros no Atlântico Sul.

As responsabilidades crescentes do Brasil no Atlântico Sul demandam maior atenção para o geoestratégico saliente do Nordeste, a fim de que não venha, a curto prazo, constituir-se em ameaça à paz social e comprometer sua valiosa posição, tornando-se presa fácil da cobiça estrangeira. Da mesma forma, faz-se mister a ocupação efetiva de nossas principais ilhas oceânicas — Fernando de Noronha e Trindade, dada a nova dimensão de sua valia.

A recuperação e reaparelhamento dos principais terminais marítimos e aéreos que assegurem a correspondente infra-estrutura indispensável à vigilância e defesa de nossa extensa faixa litorânea e águas territoriais são prementes.

A dependência externa de óleo e da cabotagem na distribuição interna e no transporte do petróleo bruto nacional para as áreas de refino (a exceção da refinaria de Manaus, as maiores delas localizam-se na faixa litorânea, bem como as grandes jazidas acham-se na plataforma continental ou nas proximidades do mar), reclamam que o Brasil tenha condições e meios de assegurar a livre navegação nas rotas costeiras e oceânicas de seu interesse.

Ficou comprovado que a circulação de riquezas para sobrevivên-

cia da economia ocidental depende do Atlântico Sul.

A guerra das Falklands revelou que a segurança de um país não pode basear-se exclusivamente em alianças de bloco ou na amizade e aproximação com Estados vizinhos ou poderosos. Os objetivos e prioridades das grandes potências, naturalmente, preponderam quando são instadas a tomar posições internacionais. A maior potência do mundo ocidental — os EUA —, por razões de ordem econômica, política e militar, está mais voltada para a Ásia, a Europa e a América Central, tendo colocado em segundo plano o Atlântico Sul.

Uma das maiores vulnerabilidades no Atlântico Sul é a inexistência de um tratado de segurança do qual participem os países com interesses em suas águas.

Dia-a-dia aumenta a possibilidade da URSS dispor de bases no litoral da África Ocidental, o que lhe permitiria atuar facilmente com submarinos nucleares e meios aéreos nas rotas marítimas que cruzam o Atlântico Sul, lançar mísseis intercontinentais contra a América do Sul e controlar o espaço aéreo naquela área.

A gravidade do recente conflito provocado pela Argentina no Atlântico Sul atingiu a tão elevado nível que se pode afirmar ter sido o segundo mais importante para a América Latina, após a II Guerra Mundial, apenas superado pela comunização de Cuba. A derrota da Argentina pode estimular revanches imprevisíveis, a médio prazo, com possibilidade de emprego de armas nucleares, caso seja acelerado o seu programa atômico.

Na margem oriental da costa atlântica, o controle da Rota do Cabo empresta real importância à África do Sul.

O Estreito de Magalhães, o Canal de Beagle e a Passagem de Drake constituem as únicas alternativas de ligação direta do Atlântico com o Pacífico, caso seja interrompido o tráfego marítimo no Canal do Panamá.

Na hipótese de guerra entre os blocos Comunista e Ocidental, o Brasil e seus prováveis aliados regionais não podem pensar em neutralidade e prescindir do apoio decisivo dos EUA, pois nenhum país banhado pelo Atlântico Sul tem condições de, isolado, defender-se.

Qualquer estratégia coletiva a ser aplicada na área, em caso de guerra total, traz implícito um alinhamento com os norte-americanos, oportuno e adequado, e visaria o controle de todos os pontos que venham a se constituir em bases terrestres, cabendo participação complementar relevante à Argentina e ao Brasil pela posição geoestratégica desfrutada e pelo potencial que possuem.

Tais assertivas demonstram a urgente necessidade do Brasil despertar a consciência para o significado de sua responsabilidade estratégica, adquirir uma mentalidade marítima e preparar-se para aceitar o encargo intransferível de possuir um elevado grau de autonomia na defesa do Atlântico Sul, pelo menos, nas áreas de seu imediato interesse, com a finalidade de se impor no conceito das nações, ocupar o lugar que lhe está reservado e garantir a soberania nacional.

A atual conjuntura nacional e internacional sugerem, pois, a curto prazo, que o Brasil guarde uma posição de equilíbrio nas disputas entre a Argentina e o Reino Unido, sem que comprometa os seus interesses.

Assim, enquanto não desfruta o País de absoluta independência econômico-financeira e tecnológica, parece aconselhável de início fortificar os laços de amizade, que o une a seus mais prováveis aliados e, a médio prazo, tentar aliança com a África do Sul sem hostilizar demais países africanos. Nesse ínterim, tudo indica que se deva perseguir uma política de boa vizinhança com a Argentina, objetivando ganhar sua confiança e aproximação, para, mais tarde, partilhar com ela as responsabilidades pela segurança do Atlântico Sul, até que, a longo prazo, esteja o Brasil em condições efetivamente de assumir o seu lugar de responsável, de direito e de fato, pela defesa da parte meridional do "mare nostrum", recebendo, se preciso for, o controle de mais alguns pontos-chave, ou quem sabe, talvez mobilizando em condomínio bases no

Atlântico Sul, em futuro mais remoto, com africanos, argentinos, norte-americanos e/ou ingleses.

Bibliografia

- A RANDA, José Calvendo. *Interesses Marítimos do Brasil*. ESG. Rio de Janeiro. 1983.
- BRASIL, EMFA. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro. 1983.
- FLORES, Mário César. O Brasil e o Atlântico Sul. *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro. 3: 5-48. Set. 1982.
- ———. Maritimidade: Causa de Progresso ou de Risco? *Segurança & Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. 190: 78-90. 1982.
- LESSA, Luiz G. S. Atlântico Sul: Importância do Brasil no Decorrer da 2ª Guerra Mundial. *Military Review*. Fort Lavenworth, Ranscer, EUA. LXIII (2): 24-38. 1983.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1977. 147 páginas.



O Cel OEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), e Superior de Guerra (ESG), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Ocupa a cadeira de Mallet no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.